

**C**omentário**A ação dos voluntários****EUSTÁQUIO GOMES**

eusta@unicamp.br

A vastidão de responsabilidades que envolve a comunidade de alunos da Unicamp, o lufa-lufa das aulas, o corre-corre em direção a bibliotecas, laboratórios, enfim a uma agenda de compromissos nem sempre amena, pouco deixam entrever a ação livre e freqüentemente silenciosa que muitos deles exercem, com ou sem ajuda institucional, junto a comunidades da cidade.

O Jornal da Unicamp relaciona nesta edição oito grupos de estudantes que se auto-organizaram para fazer voluntariado em suas horas livres. Seus campos de interesse vão da revitalização de sociedades de bairro ao levantamento sócio-econômico de áreas urbanas e rurais, de atividades de arte-educação à organização de cooperativas, do trabalho comunitário com moradores de rua à difusão do conhecimento científico, da realização de espetáculos em hospitais e escolas à alfabetização de adultos. E por aí afora.

Do ponto de vista acadêmico, essas atividades podem ser tomadas como um complemento da formação de cada estudante-voluntário, num plano semelhante, por exemplo, com os que estão envolvidos com a iniciação científica ou com as empresas juniores. Mas, no plano da realização humana, os jovens voluntários da Unicamp vão além: eles tratam de construir cidadania e de valorizar cidadãos, cobrindo lacunas não preenchidas pelo Estado e pelo poder público em geral.

Os grupos existentes na Unicamp são seguramente em maior número dos que aqui são apresentados e seu leque de atividades é muito mais amplo. Mais do que um fenômeno de época — e a palavra “voluntariado” entrou definitivamente na agenda da sociedade civil brasileira — a variedade de iniciativas e a seriedade das ações mostram a qualidade do aluno da Unicamp e sua condição de agente transformador da sociedade, não só no futuro como já no presente.

**A**rtigo**A “refundação” da Política de C&T: um compromisso da esquerda****RENATO DAGNINO**

Ao ocupar uma porção do Estado de um país capitalista dependente, a esquerda brasileira chama para si o compromisso de alterar o rumo de políticas públicas que têm favorecido as elites.

Para melhor aproveitar nosso potencial de geração e difusão de conhecimento pela sociedade, ela deve concentrar-se numa parte do que tenho chamado complexo de C&T (em substituição ao neologismo neoschumpeteriano de “sistema nacional de inovação” ou, para quem ainda se lembra, à denominação a este precursora de “SNDCT”).

Privilegiar o “subcomplexo” das instituições públicas ligadas ao ensino superior e à pesquisa é uma opção táctica. Recomendamos-na, além de sua governabilidade a ele se limitar, razões ligadas ao seu peso relativo e ao seu poder difusor e indutor, inclusive, de uma cultura “refundada” à parte privada do complexo de C&T.

Para fazê-lo, a comunidade de pesquisa de esquerda deve ter em conta as causas, de natureza estrutural, institucional e metodológica, do baixo impacto econômico e social desse complexo; essas, sim, podem ser modelizados como um “sistema” capaz de representá-lo. São assimiláveis a variáveis submetidas a relações de causalidade sistêmicas, retroalimentadas, e sustentadas por outras que, embora relativas a um contexto (sócio-econômico-político) que engloba o “subcomplexo”, devem ser consideradas como variáveis-exógenas-do modelo; uma vez que também explicam sua trajetória passada e condicionam seu futuro.

Um modelo descritivo (para diagnosticar) e normativo para atuar sobre esse “subcomplexo” é uma condição para sua missão de “refundar” a Política de C&T (PCT).

As causas de natureza **estrutural** (variáveis exógenas do modelo) derivam do regime de acumulação e da formação sócio-cultural do País, determinam os dois outros conjuntos de causas, e estão fora da governabilidade. Um conceito chave e síntese - nossa condição periférica - que abarca desde a forma com fômos colonizados e a inexistência de um empresário capaz de liderar uma revolução democrático-burguesa nacionalista e anti-imperialista para converter-se em inovador, até a concentração de renda, riqueza e poder político, passando pelo predomínio das multinacionais nos setores tecnologicamente mais intensivos é adequado para referi-las.

As causas de natureza **institucional** são associadas às anteriores. Aqui o conceito-chave é o que temos denominado “modelo institucional ofertista linear” da PCT. Adotado acriticamente no pós-guerra em função de uma “transdução” típica de nossa condição periférica, ele remonta ao mito da neutralidade - herdo do Iluminismo e da inexorabilidade do avanço da C&T - e à concepção do determinismo tecnológico - positivista e lamentavelmente tida como marxista.

Atuando “pelo lado da oferta”, ao pautar nossa escassa comunidade de pesquisa pela auto-imposição de critérios exógenos de aferição da “qualidade” e pela sujeição voluntária ao efeito demonstração do padrão “universal” da pesquisa dos países avançados, ele torna ainda mais difícil captar o sinal de relevância que emite a nossa sociedade e que

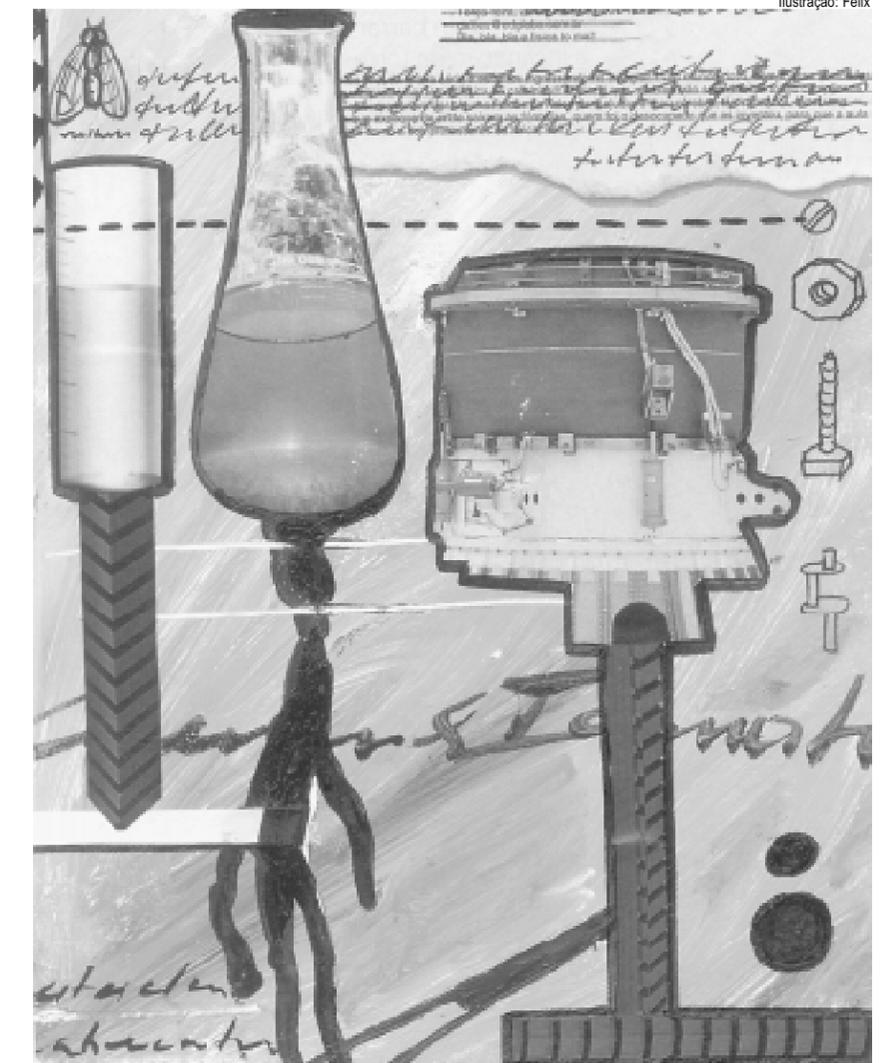


Ilustração: Félix

as causas estruturais, pelo “lado da demanda”, mantém fraco.

A relação sistêmica entre as duas causas anteriores do baixo impacto econômico e social daquele “subcomplexo” originou as de natureza **metodológica**. O que alguns chamam de *laissez faire* (mas que é melhor denotado pelo conceito-síntese dos *policy analysts*, de *nondecision-making*) tem inibido a concepção e utilização de metodologias apropriadas para a decisão racional, prospectiva, transparente e participativa acerca da priorização de linhas e grupos de pesquisa, instituições, modalidades de fomento, instrumentos de política etc.

A antipatia em relação a elas, ainda que justificável no âmbito dos países avançados onde a “estratégia” *follow the leader* é suficiente como normativa de PCT, não deveria ter contaminado nossa comunidade de pesquisa periférica a ponto de fazer com que sua não aplicação realmente se causas institucionais.

Se a bandeira da esquerda, de promover um estilo de desenvolvimento econômica e ambientalmente sustentável para todos se mantiver hasteada, e se as demandas por conhecimento que dele decorrem e alavancam vierem a ser atendidas, é de se esperar corajosas alterações no plano institucional da C&T. Inclusive para antecipar o cenário em que a remoção das causas estruturais será politicamente viável.

É possível explorar o grau de autonomia das causas institucionais em relação às estruturais mediante ações *top down*, e tópicos, no plano institucional. Mas para que surtam efeito é necessário que

um movimento *bottom up*, difuso e envolvente, apoiado em novas metodologias de trabalho, as reforce e legitime.

Quem conhece a força do Modelo Incremental que tem presidido nossa PCT - caracterizado pelo ajuste mútuo de partidários em benefício da manutenção do *status quo* e de privilégios corporativos, controle da agenda de decisão a temas “seguros”, *non decision-making*, “enlaces burocráticos”, transdução de prestígio acadêmico em poder político, *continuum* formulação-implementação, restrição do acesso de atores ao processo decisório, “privatização” de espaços públicos de decisão, supervvalorização da discricionariedade do profissional em detrimento da racionalidade do burocrata, escassa preocupação com *assessment* e *forecasting*, avaliação ritualística (através de critérios exógenos e ex post), ao invés de indutora de mudanças, etc - pode inferir a importância da articulação institucional-metodológica que aqui se propõe para “refundar” a PCT

É por essas razões que a comunidade de pesquisa de esquerda terá que realizar um movimento “para dentro” do “subcomplexo” sobre o qual possui governabilidade - tão ou mais importante do que aqueles que envolvem outros espaços e atores. Um movimento que abarque uma reflexão acerca das causas do baixo impacto do nosso potencial de P&D e a concepção de metodologias para a sua ampliação numa direção coerente com seu projeto estratégico.

**Renato Dagnino** é professor titular do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp

**UNICAMP**  
Universidade Estadual de Campinas

**Reitor** Carlos Henrique de Brito Cruz. **Vice-reitor** José Tadeu Jorge.  
**Pró-reitor de Desenvolvimento Universitário** Paulo Eduardo Moreira Rodrigues da Silva.  
**Pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários** Rubens Maciel Filho.  
**Pró-reitor de Pesquisa** Fernando Ferreira Costa.  
**Pró-reitor de Pós-Graduação** Daniel Hogan. **Pró-reitor de Graduação** José Luiz Boldrini.

**Jornal da Unicamp**

Elaborado pela Assessoria de Imprensa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Periodicidade semanal. **Correspondência e sugestões** Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, CEP 13081-970, Campinas-SP. **Telefones** (0xx19) 3788-5108, 3788-5109, 3788-5111. **Fax** (0xx19) 3788-5133. **Homepage** <http://www.unicamp.br/imprensa>. **E-mail** [imprensa@unicamp.br](mailto:imprensa@unicamp.br). **Coordenador de imprensa** Clayton Levy. **Editor** Álvaro Kassab. **Redatores** Antonio Roberto Fava, Isabel Gardenal, Luiz Sugimoto, Manuel Alves Filho, Maria Alice da Cruz, Nadir Peinado, Raquel do Carmo Santos, Roberto Costa e Ronei Thezolin. **Fotografia** Antoninho Perri, Neldo Cantanti e Dário Crispim. **Edição de Arte** Oséas de Magalhães. **Diagramação** Dário Mendes Crispim. **Ilustração** Félix. **Arquivo** Antonio Scarpineti. **Serviços Técnicos** Dulcineia B. de Souza e Edison Lara de Almeida. **Impressão** ArtPrinter Gráficos & Editores (0xx11) 6947-2177. **Publicidade** JCPR Publicidade e Propaganda: (0xx19) 3295-7569. Assine o jornal on line: [www.unicamp.br/assineju](http://www.unicamp.br/assineju)